

Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 6, Número 1, Jan.-Jun. 2017

AS INTERFACES DO CONHECIMENTO COLONIZADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO RACIAL NO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ

THE INTERFACES OF COLONIZED KNOWLEDGE: CONSIDERATIONS ON RACIAL DISCOURSE IN THE HISTORICAL INSTITUTE OF CEARÁ

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do(UECE)

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITARESTE ARTIGO | A AUTORA
RECEBIDO EM 12/05/2017 • APROVADO EM 16/05/2017

Abstract

This article has the purpose of the central analysis of a specific production of the Journal of the Historical Institute of Ceará, titled "Da negritude no Ceará", dated in the archives of 2003, production that raises as black political and racial claims as a misconception; In the sense, a colonized knowledge analysis, therefore, a demarcation of racial difference. An analysis made here is anchored in notions of postcolonial studies, with the objective of responding, to the extent of possibilities, as a saber production, a substrate for analysis and analysis of negative and African data.

Resumo

Este artigo tem como propósito central analisar uma produção específica da Revista do Instituto Histórico do Ceará, intitulada “Da negritude no Ceará”, datada nos arquivos de 2003, produção essa que levanta as reivindicações políticas e raciais do negro como um equívoco; neste sentido, a análise que se segue busca compreender as faces de uma produção de conhecimento colonizado, responsáveis pela demarcação de um discurso racializado sobre os negros e, por conseguinte, a demarcação da diferença racial. A análise aqui feita está ancorada em noções dos estudos pós-coloniais, com o objetivo de responder, na medida das possibilidades, como a produção do saber eurocêntrico deu substrato a uma visão estereotipada e detratadora dos negros e de África.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Historical Institute.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Histórico. Discurso Racial. Negros.

Texto integral

INTRODUÇÃO

A Província do Ceará, no contexto do século XIX, não ficou fora do projeto afirmador do Estado-Nação, ligado diretamente às instituições produtoras de conhecimento histórico, a exemplo do Instituto Histórico, Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto Histórico e Antropológico de São Paulo (IHASP), e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP).

Fundado no ano de 1887, por intelectuais¹ locais, o Instituto Histórico do Ceará (IHC), tinha como missão produzir uma memória histórica local e demarcar esse lugar como referência. Conseqüentemente, produziria também uma identidade cearense já que o cenário era propício para que a referida instituição cumprisse com tal objetivo. Sobretudo porque o fervor nacionalista, assim como as ideias românticas em torno dessa construção, encontravam-se em voga naquele contexto e com significativa recepção por parte dos institutos históricos.

Neste sentido, o IHC sempre carregou consigo a preocupação de demarcar o lugar do saber² na Província e esse objetivo cunhado na sua fundação reverbera até a contemporaneidade, agora Estado do Ceará. Porém, ao que me parece, esta instituição não perdeu o seu caráter elitista, de um discurso racializante, que fora característico de sua produção no contexto dos oitocentos. A análise que segue tem por objetivo apresentar onde esses discursos se cruzam. Seria equívoco dizer que a intelectualidade local não perdeu a perspectiva da escrita eurocêntrica? A quem serviu e serve a produção da Revista do Instituto Histórico do Ceará?

Essa é a questão que dá substrato ao cerne deste trabalho. Não pretendo, aqui, trabalhar com hipóteses ou com expressões meramente teóricas, que não são capazes de responder a grandiosidade do problema. Chamo atenção para uma produção específica, do escritor e sócio da referida Instituição, Osvaldo Evandro

Carneiro Martins³, datada nos arquivos no ano de 2003 e intitulada “Da negritude do Ceará.”

A discussão que segue será dedicada exclusivamente à análise desta produção, para que possamos perceber, na medida das possibilidades, o teor argumentativo do autor e seu empenho em demonstrar de forma categórica o problema dos afrobrasileiros como sujeitos reivindicantes do direito como cidadãos brasileiros. Na perspectiva do autor, esse processo reivindicatório não passa de um “equivoco” por parte dos negros. Levando consideração essas afirmações, as sessões que seguem têm os seguintes pontos: *Entre a “neurose da vitimização” e a colonização epistêmica; Aprendendo a desaprender*, a fim de discutir as nuances do processo que leva os intelectuais a considerar as pautas reivindicatórias da população afrobrasileira como “equivoco”, bem como em que medida esse letramento foi o diferencial para propagação dessas noções anacrônicas.

1. ENTRE A “NEUROSE DA VITIMIZAÇÃO” E A COLONIZAÇÃO EPISTÊMICA

Para facilitar a compreensão do leitor sobre o problema ao qual me referi anteriormente, início essa sessão com uma passagem do autor desta produção: “a reivindicação político-racial do negro é um equivoco”. (MARTINS, 2003, p. 168).

Longe de serem conclusões pessoais e imediatistas, no decorrer desse artigo, as passagens de Martins (2003), que serão destacadas, farão com que o leitor perceba que o processo de um saber colonizado⁴, característicos dos europeus, não morreu dentro das academias brasileiras, em pleno século XXI. Pensar a produção de conhecimento histórico, a partir das instituições históricas fundadas no século XIX, faz com que nos sintamos na Europa, vivenciando o caráter peculiar das Academias Francesas, uma história de vencedores, escrita de cima para baixo, como nos apresenta Oliveira:

as instituições acadêmicas comprometidas com o aperfeiçoamento do Estado liberal apoiavam-se nos instrumentos racionalizadores do nacionalismo, romântico na idealização de um passado histórico que fornecesse a consolidação de um ideal nacional. O modelo do Instituto Histórico de Paris significou assim, além da forma organizativa da academia, uma opção por uma metodologia documentalista, onde a organização dos documentos oficiais da história teve um destacado lugar. (OLIVEIRA, 2001, p.35).

Mas antes de entrar no objetivo específico deste artigo, já que tratarei de discursos produzidos no contexto do século XIX e na contemporaneidade, cabe portanto levantar sua definição e, para isso, ancor0-me no pensamento de Foucault, que entende o discurso como ferramenta de poder daquele que o detém e como reverberação de uma verdade introjetada nos indivíduos. O autor afirma que:

o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo se manifestado e intercambia do seu sentido podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si” (FOUCAULT, 2013, p. 46).

Definidas as noções de discurso, para melhor ilustrar as colocações feitas acima, reporto-me ao texto que dá base a essa discussão, em que o autor em questão, com sua escrita elitista e eurocêntrica, característica de parte significativa das produções do Instituto Histórico do Ceará, trata as reivindicações dos negros como um “preconceito de cor às avessas”, o que ele chama de “contrapreconceito”.

Porém, o escritor não leva em consideração, que o pós-abolição é um problema histórico, como afirmou Mattos e Rios (2004). Findado o processo escravista no Ceará, que é o nosso lugar de fala, o que é feito dos libertos? Qual a inserção social que os anteriormente cativos tiveram com o grito dos jangadeiros de “nessa terra não se embarca mais negros?”. Seguindo a ótica de Martins:

a negritude é o preconceito de cor às avessas, é o contrapreconceito, é a antítese que não leva a síntese nenhuma a apenas radicaliza a luta racial, cuja pacificação é um estado de permanente insegurança na consciência social ou é, pelo menos, aquela relação de conformação, que foi constatada por uma escritora norte-americana, de que o Brasil não haveria preconceito contra o negro porque ele reconhece o seu lugar. (MARTINS, 2003, p. 187).

Penso que entender a reivindicação de um povo, descendente de explorados, escravizados, vítimas do tráfico transatlântico de carne humana, como um equívoco, e vou além, entender as reivindicações políticas dos negros como um “preconceito de cor às avessas”, faz com que o referido autor entre no rol da produção acadêmica neurótica, que não saiu dos oitocentos, de uma perspectiva histórica que ainda enxerga a Grécia como a gênese da civilização e, por conseguinte, ao desqualificar a luta por reconhecimento dos negros no Brasil toma uma postura racista, que compreende como “equívoco” as reivindicações dos afrobrasileiros. Nesta dimensão, chamo atenção para o texto de Mbembe, na altura em que o autor afirma que:

apesar da retórica em sentido contrário, a neurose da vitimização fomenta uma forma de pensamento que é, a um tempo, xenófoba, racista, negativa e circular. Para funcionar, esta lógica necessita de superstições. Tem de criar ficções que, mais tarde, são tomadas por realidades. Tem de fabricar máscaras que são preservadas através de uma remodelação que as faça corresponder às necessidades de qualquer época. (MBEMBE, 2010, p. 13).

Sendo assim, ousar dizer que se o texto que me serve como objeto de análise, não fosse datado, poderia ser lido sem espanto em qualquer época, uma vez que, ao que me parece, estamos longe de vencer a colonização epistêmica, que racializou e hierarquizou grupos étnicos. Outra observação é considerar o lugar de fala do autor, uma vez que é comum esse tipo de narrativa, dentro das instituições de produção de conhecimento histórico, um discurso de autoenaltimento, que, à medida que representa os seus da forma mais positiva possível, detrata o outro.

Mais adiante, o autor tratará da problemática da “raça” como a responsável pelo “contrapreconceito”, deixando entrever que acredita ser este fator o principal responsável pela vitimização dos negros e chega a afirmar não ser tão cruel assim o racismo sofrido por este grupo:

o preconceito de cor não é tão radical como asoalham. A religião oficial jamais combateu a fé em santos negros, e a opinião pública tampouco. Personalidades históricas são fartamente reconhecidas e respeitadas, tanto nacional quanto religiosamente, em que pesa o estigma racial que possuíam. (MARTINS, 2003, p. 169).

Ainda embebido da ideia de raça, fundamentada nas produções históricas no século XIX, o autor responsabiliza a militância de “estimular sibilamente o contrapreconceito” (MARTINS, 2003, p.170). Porém, Martins não leva em consideração, ou não se percebe dentro de uma conjuntura de produção de conhecimento, embasada nas teorias humanistas, que deu substrato à ideia da raça como elemento diferenciador e difusor de uma hierarquização humana, como nos lembra Gilroy:

os padrões de conflito ligados à consolidação das *linhas de cultura* em lugar de linhas de cor são também considerados, com uma preocupação específica em relação às operações de poder que, graças às idéias de “raça”, tornaram se entrelaçados com aquelas tentativas vãs e errôneas de delinear e subdividir a humanidade.(GILROY, 2007, p.19).

Atrelado à ideia de detração da população negra cearense está o mito de uma ausência negra neste solo, acredito que por razões diversas. Porém, o que me chama atenção nas produções do Instituto Histórico do Ceará, que respeita essa ambivalência de invisibilização e detração dos negros libertos, sempre levanta a preocupação da mistura de sangue, entre o negros e brancos no século XIX e, na contemporaneidade, a esperança de ver desaparecer desta terra a melanina que causa tanto incomodo aos herdeiros da casa grande. Vejam, dois exemplos um do século XIX e outro da contemporaneidade, respectivamente, que ilustram de forma objetiva o que acabo de colocar:

(...) acrescentando que os casamentos dos colonos com índios não eram infamantes, antes motivos de consideração e de preferência para os cargos públicos. Consoantes com estas ideias de dignidade o Marques do Lavradio, por portaria de 6 de Agosto de 1771, rebaixou a um índio do posto de capitão-mór, por ter **casado com uma preta, e assim manchado seo sangue e mostrando-se indigno do cargo** (NOGUEIRA⁵, 1887, p.235, grifos nossos).

Nosso professor do antigo Colégio Militar do Ceará, o historiador Carlos Studart Filho achava que a pigmentação melânica na pele do cearense tendia antropológicamente a desaparecer. Portanto, podemos afirmar que falar em negritude no Ceará é, hoje e no futuro, uma contrafação. (MARTINS, 2003, p. 170).

Assim, a produção de conhecimento historiográfico do Ceará, nos quadros do IHC, neste caso acima citado, uma datada do século XIX, (1887), outra datada de (2003), sobre os negros, ancorada nessas duas perspectivas (invisibilidade e detração), nos revela o caráter da história a que a sociedade tem acesso, provando, sem deixar lacunas, que a reivindicação político-racial do negro não tem nada de equívoco; ela nasce justamente na necessidade de uma afirmação identitária frente a uma epistemologia da história, que sempre foi aportada no viés europeu e, mesmo com o avanço dos estudos pós-coloniais, a legitimidade da produção científica sempre volta o olhar para o campo de conhecimento do Norte.

Ao fazer história, não nos distanciamos das nossas convicções ideológicas, sendo assim, acredito que a academia ainda não foi descolonizada e as noções do saber validadas ainda respondem aos postulados eurocêntricos. Quando o assunto é a “raça”, como elemento categorizador de grupos humanos, podemos perceber a influência europeia ainda mais forte, como chama atenção Quijano:

a posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram a elaboração de perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. (QUIJANO, 2005, p.229).

Pensar essas noções de dominação de grupos baseadas na historiografia cearense não nos deixa distantes de uma realidade semelhante no âmbito nacional. Acredito que o IHC seja uma porta, que, depois de aberta, nos oferece um leque de possibilidades acerca do entendimento da produção historiográfica e do modelo de Estado Nação que se queria alcançar nos Oitocentos, logo, essa elaboração teórica da ideia de raça como elemento de dominação nos revela na medida em que prova que ainda se fazem necessárias discussões que passem pelas noções da identidade nacional, identidade cultural e, acima de tudo, da mestiçagem no Brasil. A prova de

que não tivemos avanços significativos nessa direção está narrada no parágrafo final do texto que serviu de análise para esse artigo:

a negritude deve ser criticada, por dever educativo de cada um. Afinal, ela se sutilizou: adquiriu certa periculosidade retórica. E contra esse aspecto dela alertamos as pessoas no fecho do presente artigo. Cumpre estar atento sempre ao que ela assaca e coíma do preconceito de cor àqueles que fazem a análise realista do fenômeno. (MARTINS, 2003, p.176).

Faço a ressalva de que, por questões metodológicas, muitas colocações de Martins ficaram fora dessa narrativa, porém se trocadas pelas que estão no corpo do texto, não se perderia o sentido das considerações aqui tecidas, uma vez que elas respondem às noções críticas, aqui levantadas, de um discurso racializante que ainda se faz presente no IHC, que tiveram embasamento teórico, de caráter preliminar, nos estudos pós-coloniais, estudos esses que ajudam a ampliar, sensibilizar o olhar, com relação ao universo afroamericano e por conseguinte, afrobrasileiro, e não nos deixa cair na armadilha montada no século XIX da colonialidade do pensamento. Sendo assim, vale uma apresentação breve dessas noções, que nos ensinam a desaprender.

2. APRENDENDO A DESAPRENDER

As discussões relativas ao universo africano e afrobrasileiro que têm como principal objetivo o rompimento com as noções teóricas do pensamento colonial devem ser cada vez mais fomentadas e divulgadas. As pesquisas que ampliam o conhecimento sobre África devem ganhar cada vez mais espaço no ambiente acadêmico, ainda que nas trincheiras, uma vez que a falta de conhecimento relativo ao continente africano é fator responsável para negação de um aporte negro em nossa dimensão do que é cultura brasileira, como apresenta Pereira:

conhecer as origens é fundamental para a ampliação da consciência social e histórica do povo brasileiro. É necessário também questionar as distorções geradas no imaginário social pela hegemonia do pensamento social das elites, que nega ou menospreza o aporte de matrizes africanas na formação da nacionalidade. (PEREIRA, 2012, p.17).

Pensar essas questões será uma forma de pensar sobre a dimensão da naturalização na produção historiográfica. Assim, analisar como teoria racial, na medida que inferiorizava os negros, justifica essa diferença como natural. Já que o

artigo aqui analisado, está datado de 2003, como afirmei no início, desperta ainda mais minha inquietação de leitora.

Considero no mínimo preocupante que as reivindicações dos afrobrasileiros ainda sejam vistas como um problema a ser combatido no âmbito institucional, que as contribuições dadas pela historiografia ancorada nos estudos pós-coloniais não sejam levadas em consideração na produção de uma narrativa como a que foi aqui analisada. Preocupo-me ainda mais quando percebo que o Oitocentos está para nós como e Europa está para o ensino de história, ou seja, entrelaçado, vigente, um cordão umbilical do saber colonial e eurocêntrico, tal como definido por Quijano:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 126).

O conhecimento que tem como base a ideia da raça como elemento categorizador de grupos, em alguma medida, é responsável pelos reflexos social do preconceito de origem racial. A violência física e simbólica sofrida pelos negros tem sua parcela de origem na noção do conhecimento eurocêntrica, sendo a raça, como chama atenção Quijano (2005), uma categoria mental da modernidade:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (p. 117).

O que significa que há muito se constituiu a raça como a estrutura demarcadora da diferença, que criou identidades, categorias sociais e sobretudo étnicas, e que, conseqüentemente, estabeleceu uma hierarquia entre esses grupos, dando origem às noções de dominação vigentes no Ocidente, entre colonizadores e colonizados, as quais estabelecem na teoria e na prática o lugar que cada sujeito deve ocupar mediante a elaboração epistêmica da raça.

Porém, se essas noções estão postas e carregam consigo um sentimento de verdade absoluta, nos resta desobedecer o que está posto. Não se trata, evidentemente, de uma negação da contribuição que já foi dada, levando em conta a colocação feita por Mignolo:

a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (por exemplo, veja o que acontece agora nas universidades chinesas e na institucionalização do conhecimento). Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). Dessa maneira, por “Ocidente” eu não quero me referir à geografia por si só, mas à geopolítica do conhecimento. Conseqüentemente, a opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (como tem sido claramente articulado no projeto de aprendizagem AmawtayWasi, voltarei a isso), já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial. (MIGNOLO, 2008, p.290).

Desobedecer epistemologicamente nos ofertará uma ampliação de conhecimento, conceitos e teorias; dará humanidade aqueles que por muitas vezes, como o próprio autor relata, tiveram sua humanidade negada. É um desprogramar de mentes, um descolonizar os saberes, geográficos, históricos e filosóficos acerca dos povos racializados, e sobretudo produzir uma história que anda na contramão, algo fundamental para o rompimento dessa ótica tão bem estruturada dos saberes coloniais, uma história de vencedores, que nega as contribuições sociais dos povos colonizados e espetacularizados pelo Ocidente, como sublinha Hall.⁶

Neste sentido, a forma de ver o outro estava diretamente relacionada às condições de saber e análise europeias, e assim, o pensamento eurocentrista demarcou a diferença racial e limitou a forma de ver o outro de acordo com as ferramentas teóricas ocidentais. Conforme lemos em Hall, podemos perceber esse processo de racialização, apresentando componentes que explicam a origem da marcação desta diferença:

existem três componentes principais na reunião do "Ocidente " com pessoas negras , dando origem a uma avalanche de representações populares com base na marcação de diferença racial. O primeiro começou com o contato no século XVI entre comerciantes europeus e os reinos da África Ocidental foi uma fonte de escravos negros durante três séculos. Seus efeitos podiam ser encontrados em escravidão e pós- escravidão nas sociedades do Novo Mundo. A segunda foi a colonização europeia da África e da " presa " entre potências europeias para o controle do território colonial, mercados e matérias-primas durante o período de " alta imperialismo". A terceira foi a migração após a Segunda Guerra Mundial, a partir do "Terceiro Mundo" para a Europa e América do Norte. Idéias ocidentais sobre "raça" e imagens diferença raciais foram

profundamente formado por por estes três encontros fatídicos. (HALL, 2010, p.424. Tradução nossa).

Isso significa dizer que o olhar que o Ocidente possui de África, baseado nesses três componentes, reflete automaticamente nas formas de inferiorização dos negros. O fator que mais contribuiu para esse processo de exclusão que a população negra ainda sofre foi a historiografia. O que o Ocidente narrou sobre a África – trazendo para o contexto aqui abordado, a historiografia brasileira – contribuiu veemente para uma negação da presença e contribuição positiva de características africanas na sociedade brasileira e, quando tratou das questões relativas ao continente africano, foram discursos, em sua maioria, estereotipados, produzidos como ferramenta de poder, como nos lembra Hall,

até agora, temos sido argumentando que " estereótipar " tem sua própria poética (os seus próprios modos de funcionamento) e sua política (as formas em que o poder é investido). Temos também argumentado que este é um tipo particular de poder: uma forma de poder hegemônica e discursiva que funciona tanto por meio da cultura , produção de conhecimento , a imagem e a representação , como através de outros meios. (HALL, 2010, p. 435. Tradução nossa).

Sem perder de vista a argumentação de Hall (2010), de um discurso hegemônico e uma produção de conhecimento ancorados no saber colonial e conseqüentemente responsáveis pela visão distorcida que o Ocidente possui dos africanos, me reporto ao estudo de Mbembe (2010), onde o autor aponta a necessidade de uma escrita de si, de um conhecimento produzido por uma ciência africana capaz de narrar sua própria história, que dê conta de desobedecer os postulados eurocêntricos, de um discurso elitista que potencializou a hierarquia racial, o autor nos diz que,

a ênfase em estabelecer uma 'interpretação africana' das coisas, em criar concepções próprias de auto-domínio, de compreensão de si e do universo, de produzir conhecimento endógeno, tudo isto conduziu à exigência de uma 'ciência africana', uma 'democracia africana', uma 'linguagem africana'. Este desejo de tornar a África única é apresentado como uma questão moral e política, sendo a recuperação da capacidade de narrar a própria história – e, por conseguinte, a identidade – necessariamente constitutiva de qualquer subjectividade. Em última análise, já não se trata de reivindicar o estatuto de alter ego para os africanos no mundo, mas antes de afirmar de viva voz a sua alteridade. (MBEMBE, 2010, p. 16).

Podemos assim dizer que as reivindicações que compõem o universo dos negros perpassam o campo social e epistemológico; que a "reivindicação político-racial do negro", usando as palavras de Martins (2003), é também epistêmica, é uma

forma de se conhecer, uma consciência de si que não é forjada por um outro alheio a sua realidade, a compreensão de si mesmo que negros imprimem ao narrar sua própria estória, é acima de tudo uma afirmação política, ideológica e identitária .

Sendo assim, não é tão espantosa a escrita de Martins (2003), uma vez que é visível que o autor está inserido neste rol de produção historiográfica que responde aos postulados eurocêntricos. O Ceará, em sua produção historiográfica, não se furtou de fazer parte desta produção escrita e o IHC foi o lugar de demarcar este saber colonizado.

CONCLUSÃO

Intitulo estas observações finais de conclusão para obedecer ao rigor metodológico, mas não estamos sequer próximos de concluir os estudos que envolvem essas questões. Pelo contrário, temos um grande trabalho pela frente. As questões aqui colocadas, embasadas no rigor teórico desobediente e que foram respondidas na medida de suas possibilidades, já que trata-se de um trabalho de pequena extensão, devem ter, conforme espero, deixado evidente o quão danosa é para a história e para a sociedade uma visão de mundo que não transcende os limites da cognição Ocidental, que nos deixa numa crise identitária imensa, fazendo com que a problemática de identidade nacional seja tão difícil de ser respondida.

Isso porque, ao colocar a negritude, que nada mais é a afirmação da identidade de um grupo étnico, como um problema, automaticamente se assume a que a democracia racial do Brasil, sempre foi e sempre será um mito, e que quando o assunto é o afrobrasileiro, afroindígena, afrocearense, visto pela luneta europeia, a conclusão sempre será previsível: uma narrativa detratada. Portanto, desobedeçamos.

Seria então ousadia se contrapor à hegemonia do pensamento científico, que deu base às teorias humanistas e por conseguinte, em uma parcela significativa, racistas? Pessoalmente acredito que não, entretanto, numa opinião intimista, o que nos levaria para outro caminho, longe de uma perspectiva acadêmica de mentes e produções científicas eurocêntricas, é o processo de descolonização das nossas leituras. Acredito que essa seja a chave para um outro direcionamento da produção científica, o distanciamento do dogmatismo Europeu.

Notas

¹ Compõem o rol de fundadores do Instituto Histórico do Ceará, os seguintes intelectuais: Paulino Nogueira, Barão de Studart, Joaquim Catunda, Pe. João Augusto da Frota, Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Antônio Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca Filho, Juvenal Galeno, José Sombra, Virgílio Brígido e Virgílio Augusto de Moraes.

² O sentido do saber que norteava os intelectuais do IHC, estava vinculado as academias francesas, ao tempo que respondia aos ideias de Estado- Nação, uma escrita progressista,

elitista e romantizada, característicos das produções historiográficas, nas instituições históricas, no final dos oitocentos, para melhor compreender essa afirmação ver: OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto, Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará- Memórias, representações e pensamento social (1887- 1914). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.



³ Sobre o referido autor e sua participação no IHC: “Ele ingressou neste Instituto Histórico do Ceará, no ano de 1995, sob a presidência do Exmo. Senhor General de Exército Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, ficando a saudação por conta do professor doutor Caio Lóssio Botelho, que, coincidentemente, assim como o professor Oswaldo Evandro, foi também meu professor no Liceu do Ceará, na área de Geografia.” Disponível em: http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2014/20_Homenagempostumaaosconfrades.pdf Acesso: 13/05/16

⁴ Para pensar as noções do processo de colonialidade do saber e do pensamento, Quijano nos chama atenção que: a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p. 126). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso: 13/05/16

⁵ Paulino Nogueira, foi sócio- fundador do Instituto Histórico do Ceará, bacharelou-se em Ciências Jurídicas, exercia a profissão de advogado e foi o primeiro presidente do IHC. Ver: NASCIMENTO. Maria Yasmim Rodrigues do. O Instituto Histórico do Ceará e os discursos sobre os negros: da invisibilização à detração (1887-1890). Crato - URCA, 2015.

⁶ A noção do processo de “espetacularização do outro”, que Stuart Hall chama atenção, aparece na sua obra: HALL, Stuart. Singarantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Institutos de studios sociales y culturales. Equador: Pensar Envion Editores, 2010.

Referências

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo : Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas).
- GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e fascínio da raça**. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. São Paulo: Annablume, 2007.
- HALL, Stuart. **Singarantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Institutos de studios sociales y culturales. Equador: Pensar Envion Editores, 2010.
- MBEMBE, Achille. **Formas africanas da escrita de si**. Tradução de Marina Santos, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **O Instituto Histórico do Ceará e os discursos sobre os negros: da invisibilização à detração** (1887-1890). Crato - URCA, 2015.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto, Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará- Memórias, representações e pensamento social** (1887- 1914). Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

PEREIRA, Amauri Mendes. **África: para abandonar estereótipos e distorções**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012 (Coleção Repensando África, v. 9).

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. In: Epistemologia do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.



Para citar este artigo

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. As interfaces do conhecimento colonizado: considerações sobre o discurso racial no instituto histórico do Ceará. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 1, p. 103-115, jan.-jun. 2017.

A autora

Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento é Estudante de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras.